

A importância do fundo de calamidades

14.ª Conferência Anual da AME · Ordem dos Engenheiros

Luís Leite Ramos · Presidente da Agência para o PTRR

23 OUTUBRO 2026 · FUNDAÇÃO MANUEL ANTÓNIO DA MOTA, PORTO





O comboio de tempestades de 2026: os danos e a resposta de emergência

25 dias. 7 tempestades. O que ficou.

Portugal continental · 22 janeiro – 15 fevereiro 2026



Danos por domínio

HABITAÇÃO

614 M€

em danos à habitação

Ferreira do Zêzere: 85% das casas danificadas

ESTRADAS E PONTES

>1 000 M€

em danos estimados

Colapso parcial da A1 · 1 300 pontes inspeccionadas

FLORESTA E AGRICULTURA

~300 000 ha

de floresta destruída

>775 M€ em danos florestais

REDE ELÉCTRICA

+6 000 km

de linha danificada

24 subestações · 5 800 apoios · +1 M pessoas sem luz

TELECOMUNICAÇÕES

+300 000

clientes afectados

20 000 ainda sem serviço 3 meses depois

SECTOR PRODUTIVO

1 262 M€

em danos à capacidade produtiva

35–40 mil empresas · 22 500 trabalhadores com apoios

A resposta de emergência

Mobilização legislativa e financeira · 28 janeiro – 2 junho 2026

28 jan

Kristin

Tempestade atinge o
pico

30 jan

Calamidade

59 concelhos

3 fev

Apoios + BPF

Estrutura de Missão
Reconstrução RC

5 fev

Lay-off

Moratórias

13 fev

Regime excepcional

13 abr

Candidatura FSUE

Fundo de
Solidariedade da UE

2 jun

PTRR

RCM 106/2026

LINHAS DE CRÉDITO

2 000 M€

Apoio à reconstrução e liquidez
empresas — BPF

APOIOS À RECUPERAÇÃO

250 M€

Apoio às famílias e recuperação de
habitações, escolas e infraestruturas

APOIOS AGRICULTURA

194 M€

Apoio aos setores agrícola, florestal
e pescas

LAY-OFF

40 M€

Incentivo à manutenção de postos
de trabalho (lay-off)

3 345,5 M€

mobilizados em sete medidas de recuperação — o embrião do PTRR.



O país não estava preparado: as lições que aprendemos

Balanço da resposta de emergência

O que funcionou · Mobilização

Rapidez dos apoios financeiros

2 000 M€ BPF em dias · lay-off e TSU activados em menos de 2 semanas.

Enquadramento de emergência

Calamidade declarada em 48 h · 59 concelhos · alargado progressivamente.

Coordenação interinstitucional

Forças Armadas · IPSS resilientes · parceria Estado–economia social.

Candidatura europeia

FSUE submetida em 67 dias · ~250 M€ esperados.

O que foi difícil · Execução

Enquadramento normativo

Critérios definidos durante a crise · revisões geraram incerteza.

Plataformas e processos

40 000 candidaturas num sistema não preparado para a escala.

Articulação institucional

Sector segurador tardou. Papel da Estrutura de Missão nem sempre claro.

Capacidade técnica local

Municípios com recursos insuficientes. Reforço tardio e pontual.

O que aprendemos · Para o futuro

Regime-quadro pré-definido

A crise não é o momento para criar regras — é para aplicar as existentes.

Sistemas antes da catástrofe

Plataformas e critérios constroem-se em tempo de paz, não durante.

O valor da preparação

1 € em prevenção poupa 4 a 7 € em resposta.

Fiscalização a posteriori

Responsabilização posterior é mais eficaz e rápida do que controlo prévio.

Vulnerabilidade estrutural do território

Habitação

Stock habitacional vulnerável a vento extremo e cheias. Normas técnicas inadequadas.

Estradas e pontes

Dimensionamento insuficiente para precipitação extrema. Taludes instáveis.

Rede de energia

Rede sem redundância suficiente face a eventos de grande escala.

Floresta e território

Paisagem sem gestão activa integrada. Carga combustível acumulada. Solo saturado.

Comunicações

Redes sem redundância geográfica. Cell broadcast inexistente. SIRESP limitado.

Empresas e economia

Tecido empresarial frágil. Ausência de seguro obrigatório e de fundo de catástrofes.

Capacidade de resposta de emergência

Alertas à população

Ausência de sistema universal de difusão de alertas. Canais com alcance insuficiente.

Comunicações de emergência

SIRESP com falhas. Coordenação operacional por grupos de WhatsApp.

Protecção civil local

Serviços municipais subdimensionados. Planos de emergência desactualizados.

Alojamento de emergência

Ausência de sistema nacional pré-definido. Realojamento improvisado caso a caso.

Evacuação de vulneráveis

Planos e rotas de evacuação não certificados. IPSS sem planos de contingência.

Coordenação interinstitucional

Desalinhamento territorial entre ANEPC e GNR. Fragmentação da resposta.

Gestão dos apoios e da reconstrução

Enquadramento normativo

Inexistência de regime-quadro pré-definido.
Regras criadas durante a execução.

Plataformas digitais

Sistemas de candidatura inadequados para a escala. Validação manual demorada.

Apoios a famílias

Critérios definidos durante a execução.
Demoras. Situações de vulnerabilidade excluídas.

Apoios a empresas

Mobilização rápida mas sem enquadramento prévio. Acesso desigual entre sectores.

Sector segurador

Ausência de seguro obrigatório de habitação.
Articulação tardia e incompleta.

Fundo de catástrofes

Inexistência de mecanismo pré-definido.
Financiamento a posteriori via FSUE.

As lições que aprendemos

Três direcções para que a próxima emergência encontre o país preparado.

01

Preparação e protecção estrutural

A floresta e a paisagem têm de ser geridas antes do evento. Infraestruturas com redundância. Normas técnicas adequadas. 1 € em prevenção poupa 4 a 7 € em resposta.

02

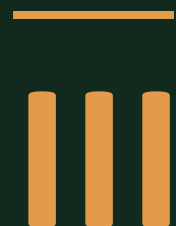
Capacidade de resposta operacional

Alertas, evacuação e alojamento existem e são testados antes. Protecção civil local autónoma. Recursos pré-posicionados. Coordenação operacional e testada previamente.

03

Mecanismos de apoio e reconstrução

Regime-quadro pré-definido. Plataformas digitais operacionais. Sector segurador integrado estruturalmente. Fundo de catástrofes pré-capitalizado.



Preparar Portugal para os riscos e catástrofes futuras

Não podíamos ficar por aqui.

A recuperação dos danos foi necessária e urgente. A resiliência estrutural exige uma resposta mais ampla: Portugal não pode limitar-se a reparar o que foi destruído — precisa de estar melhor preparado para o próximo evento.

VISÃO · RCM 106/2026

Construir um Portugal mais seguro, resiliente, competitivo e socialmente mais justo, reforçando a capacidade do país para proteger pessoas, territórios e sistemas essenciais.

PRINCÍPIOS

RESPONSABILIDADE ORÇAMENTAL · ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS · COMPLEMENTARIDADE · EFICIÊNCIA.

Os três pilares do PTRR

PILAR I

Recuperar

Repor as condições materiais, económicas e ambientais afectadas.

4 domínios · 11 medidas

Em execução desde fev. 2026

5 330 M€

PILAR II

Proteger

Reduzir vulnerabilidades e reforçar a capacidade de resistir e adaptar-se.

8 domínios · 61 medidas

7 R + 46 I + 8 P · 2026–2034

14 966 M€

PILAR III

Responder

Garantir capacidade operacional robusta e coordenada em situações de crise.

3 domínios · 24 medidas

4 R + 15 I + 5 P · 2026–2034

2 317 M€

Total PTRR: 22 613 M€ · 96 medidas · 15 domínios · 2026–2034

Medidas estruturantes

Infraestruturas críticas

Redes eléctricas · barragens · abastecimento e saneamento · rede viária

~5 500 M€

Resiliência dos territórios

Grandes Áreas Empresariais · baixa densidade · mobilidade habitacional · hidroagrícola

~2 400 M€

Gestão da paisagem e riscos

Redução da carga combustível · Floresta Ativa · parcerias de gestão

~700 M€

Pessoas e comunidades resilientes

Capacitação IPSS · autonomia energética · protecção de vulneráveis · voluntariado

~900 M€

Agenda para catástrofes

Reforma da Protecção Civil · alojamento de emergência · seguro obrigatório – fundo de catástrofes

~800 M€

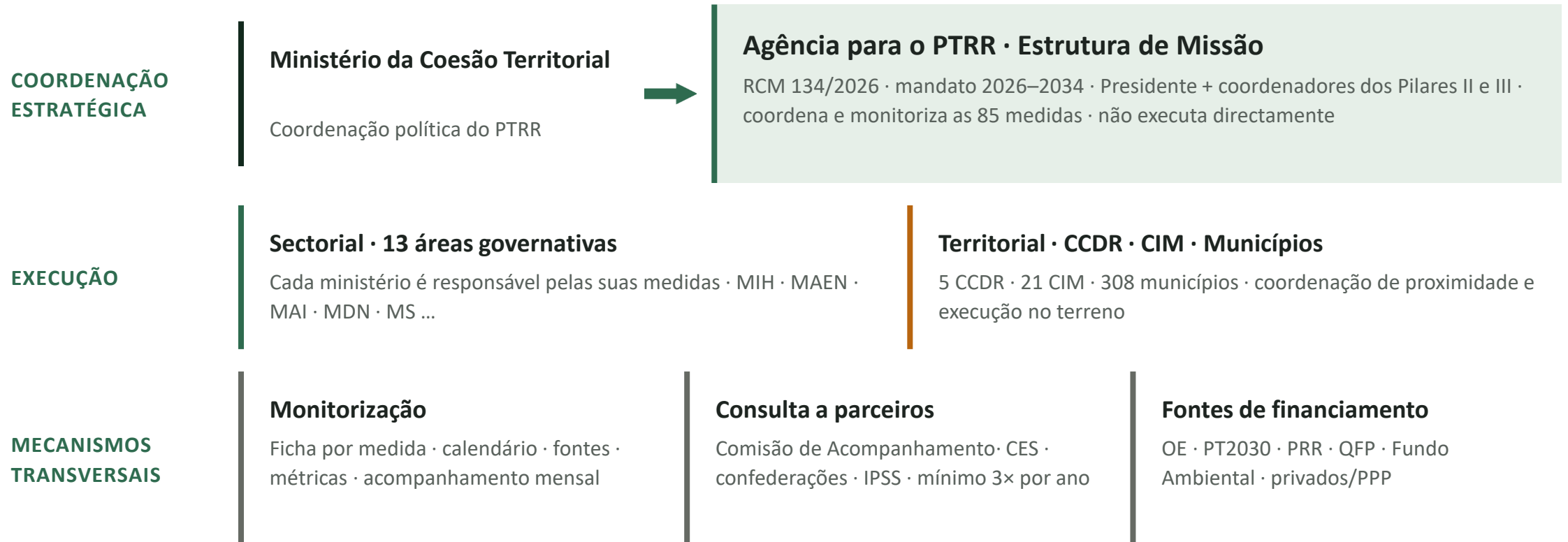
Comunicação e cibersegurança

Cell Broadcast · comunicações de emergência · SIRESP · plataforma digital

~650 M€

Modelo de governação

RCM 106/2026, secção 7 · RCM 134/2026 (Agência para o PTRR)



A Agência coordena — não executa em lugar de ninguém. A execução é de cada ministério e território.

--- IV

Porque precisamos de um fundo de calamidades

Janeiro de 2026: só um quarto da fatura estava seguro

Prejuízos estimados do comboio de tempestades e perdas cobertas pelo setor segurador

5,3 mil M€ de prejuízos estimados

26% · 1,4 mil M€
seguros

74% · cerca de 3,9 mil M€
sem seguro: famílias, empresas e Estado

218 mil

sinistros participados às
seguradoras

>80%

das perdas seguras na habitação
indemnizadas em seis meses

49%

das habitações expostas nos
concelhos em calamidade sem
cobertura de tempestade ou
inundação

~250 M€

esperados do Fundo de
Solidariedade da UE

O seguro funcionou onde existia. O problema é onde não existia.

O que muda com um fundo de calamidades

	SEM FUNDO • JANEIRO DE 2026	COM UM FUNDO PRÉ-CAPITALIZADO
Rapidez	O dinheiro é mobilizado depois do evento: Orçamento, linhas de crédito, Bruxelas.	O dinheiro já existe quando o evento acontece.
Previsibilidade	Regras escritas e revistas a meio da crise.	Regras definidas antes: quem perde a casa sabe a que tem direito.
Equidade	O apoio depende da declaração de calamidade e de critérios desenhados à pressa.	Situações iguais têm tratamento igual, em qualquer ponto do país.
Incentivos	Ninguém é recompensado por reduzir o risco.	O risco tem um preço conhecido: prevenir passa a ter valor.

Espanha: o Consorcio de Compensación de Seguros

Mecanismo público para riscos extraordinários, financiado por uma sobretaxa nos seguros de danos

>4 000 M€

pagos pela DANA de Valência (out. 2024) em pouco mais de um ano

>250 mil

pedidos de indemnização registados

1/3

dos pedidos em Valência pagos ao fim de três meses

O que nos ensina

O dinheiro estava lá — e as regras também.

Não foi preciso inventar a resposta durante a crise.

Ter dinheiro não basta.

Pagar depressa exige gatilhos claros e peritagem com escala.

Inspira, mas não se copia.

Assenta em décadas de capitalização e numa penetração do seguro que Portugal não tem.

O risco que mais pesa ainda não aconteceu

<20%

das habitações têm cobertura de fenómenos sísmicos

~20%

do PIB: impacto estimado de um sismo como o de 1755, segundo a APS

2011

ano em que o supervisor entregou ao Governo um projeto de fundo sísmico

Nenhum orçamento, fundo europeu ou linha de crédito responde a um sismo destes depois do facto.



O fundo no PTRR: o que está decidido e o que falta decidir

O que o PTRR já decidiu

Sistema Integrado de Proteção contra Catástrofes Naturais · Pilar III, com a ASF e o setor segurador

TRÊS EIXOS

Resiliência

Solidariedade

Prevenção

01

Fundo de Catástrofes Naturais e Sísmicas

Não apenas sísmico: cobre os riscos catastróficos naturais do país.

02

Seguro obrigatório

Contra catástrofes e sismos, para as habitações. Intenção anunciada de abranger também as empresas.

03

Mecanismo de solidariedade

O Estado apoia o acesso de quem não pode pagar. O objetivo é a universalidade.

04

Revisão do regime de seguros

20 M€ para rever o regime e montar o sistema — não para capitalizar o fundo.

Calendário: decreto-lei previsto para 2027 · implementação completa em dois a três anos

Seis escolhas de desenho

O «se» está decidido. O «como» ainda não.

1 Que perigos cobre?

Sismo, cheias, tempestades — e incêndios? Mais âmbito, mais mutualização e prémio maior.

2 Obrigatório para quem?

Todas as habitações ou só as que já têm seguro? Que empresas?

3 Como se capitaliza?

Sobretaxa nos prémios, dotação inicial, resseguro, garantia do Estado como último pagador.

4 Quanto paga cada um?

Prémio solidário ou ligado ao risco? Uma base comum com descontos para quem previne.

5 Como se paga depressa?

Gatilhos claros, peritagem com capacidade de escala, adiantamentos rápidos.

6 Como se ganha confiança?

Transparência sobre o custo, sobre o que fica coberto e sobre a parte pública.

Cada escolha tem uma pergunta política e uma pergunta técnica. A técnica é, em boa parte, vossa.

O fundo paga o dano, a engenharia reduz o risco

Mais de oito em cada dez euros dos Pilares II e III vão para proteger: 14 966 M€ de 17 283 M€

Aos engenheiros

Medir o risco: cartas de perigosidade, vulnerabilidade do edificado e critérios técnicos que liguem o preço do seguro à prevenção.

E avaliar milhares de edifícios no dia seguinte a um evento.

Ao mutualismo

Chegar às pessoas: explicar, aproximar e incluir quem hoje está à margem do seguro.

A União das Mutualidades já integra a Comissão de Acompanhamento.

À Ordem e à AME

Participar no desenho do regime, com pareceres técnicos quando for a consulta.

Queremos os vossos contributos.

Partilhar o risco antes da catástrofe é o que distingue um país preparado de um país que improvisa.

Um fundo capitalizado, regras escritas antes e edifícios mais seguros.

Contamos com a engenharia e com o mutualismo.

A importância do fundo de calamidades

14.ª Conferência Anual da AME · Ordem dos Engenheiros

Luís Leite Ramos · Presidente da Agência para o PTRR

23 OUTUBRO 2026 · FUNDAÇÃO MANUEL ANTÓNIO DA MOTA, PORTO